

## **COTIDIANO, PODER E NEGOCIAÇÃO: REDISCUTINDO CONCEITOS E POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA INDÍGENA.**

Renata Carvalho Silva<sup>1</sup>  
[maedegaya@hotmail.com](mailto:maedegaya@hotmail.com)  
PPGHIS / UFMA

**Resumo:** O trabalho de renovação analítica promovida pelos estudos culturais à História, a partir da crítica epistemológica dos conceitos e modelos tradicionais, promovido, em grande medida, pela aproximação e pelos debates interdisciplinares, são alguns dos temas aqui discutidos. Aborda-se ainda novas possibilidades interpretativas acerca das relações de poder e da participação dos povos comumente denominados indígenas na construção das historiografias nacionais e regionais no sentido de empreender um reexame relativo a conceitos tais como os de submissão e, ou, vitimização dos mesmos, a partir da utilização de categorias analíticas tais como discurso, cotidiano e resistência simbólica buscando assim perceber, nos espaços deixados pelo projeto civilizador de assimilação dos grupos nativos, brechas para uma possível mediação de interesses e ação política tecidas no cotidiano das experiências vivenciadas por esses mesmos indivíduos.

**Palavras-chave:** Cotidiano, Poder, Negociação, História, Indígena.

**Summary:** The renovation work promoted by analytical studies of cultural history, from the epistemological critique of traditional concepts and models, promoted largely by the approach and the interdisciplinary debates are some of the topics discussed here. It also discusses new interpretive possibilities concerning the power relations and participation of indigenous peoples commonly termed in the construction of national and regional historiographies in order to undertake a review regarding concepts such as submission and, or, the same victimization, the from the use of analytical categories such as speech, everyday and symbolic resistance thus seeking to realize, in the spaces left by the civilizing project of assimilation of indigenous groups, gaps for a possible mediation of interests and political action woven into the everyday experiences of these same individuals.

**Keywords:** Everyday, Power, Trade, History, Indigenous.

Desde as legislações coloniais que o elemento nativo passa por sucessivas interpretações quanto ao seu lugar na constituição e gerenciamento do espaço territorial brasileiro. De mão-de-obra útil ao trabalho de desbravamento e exploração da nova terra, passando por população necessária ao preenchimento e proteção dos espaços inexplorados do território, até diferença a ser superada em

---

<sup>1</sup>Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Titular do Curso de Licenciatura em História da Faculdade Santa Fé – São Luís, Maranhão.

nome de uma homogeneização civilizadora da identidade nacional, o fato a ser reiterado aqui é a perpetuação da inexistência de um consenso a respeito do lugar do nativo na escrita da história da organização social brasileira.

Em relação a esse debate e fruto de inúmeros movimentos de reivindicação por um protagonismo indígena, conceito aqui entendido como “uma atitude de rompimento com as relações de tutela e submissão e, enquanto o exercício qualificado de um papel de destaque nas relações interculturais” (SECCHI, 2007, p. 11), nasce - não só a partir dos processos constitucionais de 1988, como também dos processos de emergência étnica<sup>2</sup> de diversas comunidades autoproclamadas “ressurgentes” - uma maior atitude de busca por aqueles direitos assegurados de terra e de existência digna dos grupos indígenas brasileiros.

Tais processos apenas são explicáveis a partir da compreensão de uma ação reversa ao processo histórico de silenciamento e ocultação impostos aos grupos nativos de suas culturas, línguas e tradições ancestrais em prol da construção de um modelo integrador e homogeneizador de nação, civilizada aos moldes das grandes nações européias e que nos levam a uma constante crítica acerca das atitudes tomadas pelo Estado Nacional em relação ao modelo social de organização de tais grupos, vistos, até então, enquanto um modo de vida bárbaro e primitivo explicável a partir dos parâmetros de análise sociais do XIX enquanto situados em um *estágio* inicial da evolução do gênero humano, o que levaria ao empreendimento cada vez mais constante nas humanidades, na busca de questionamentos metodológicos com vistas à superação de tal horizonte de apreciação metodológico.

As mudanças decorrentes das reformulações e redefinições pelas quais as categorias analíticas vêm passando ao longo das últimas décadas, tem levado à tendência, cada vez maior, de um redirecionamento do olhar e da capacidade interpretativa dos acontecimentos diante daquilo que é denominado e disponibilizado enquanto objeto de estudo pelas ciências humanas. Campo bastante influenciado por esses novos encaminhamentos epistemológicos, os estudos que se ocupam em buscar uma abertura nas dinâmicas sociopolíticas determinadas a partir das categorizações de

---

<sup>2</sup>Interessante é entender, também aqui, o significado de tal processo de emergência étnica, ao qual, segundo João Pachêco de Oliveira, trata-se “(d)o processo de emergência histórica de um povo que se auto define em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelo horizonte indígena (Oliveira,1999)”

poder e submissão, viram sim uma abertura em seus próprios pressupostos de definição e ação prática e vêm, cada vez mais, buscar novas formas de pensar as implicações históricas e culturalmente ativas que aludem à demarcação de espaços sociais genericamente desiguais e quase sempre opressores em relação àquelas categorias que teimam em não se adequar aos modelos sociais tradicional<sup>3</sup> e institucionalmente hegemônicos.

Sendo assim, a percepção cada vez mais forte entre alguns historiadores do grande equívoco que vem se reproduzindo, ao longo dos anos, do lugar reservado ao nativo na construção e permanente reconstrução das histórias nacionais e regionais, me fez atentar para a necessidade de se introduzir um debate acerca da construção de uma história dos povos indígenas que não pautada, exclusivamente, a partir dos discursos produzidos pelo colonizador acerca dos mesmos.

Durante grande parte do XIX, e ainda uma considerável parte do século XX, muitos foram os intelectuais nacionais que baseados na “tradicional teoria da evolução das culturas” (FERREIRA NETO, 1997, p. 319), buscaram a superação do barbarismo atribuído a todos os grupos nativos aqui existentes em nome de uma “civilidade humanizadora”, que supostamente nos colocaria em pé de igualdade com as nações mais desenvolvidas do Velho Mundo, e de quebra resolveria o problema da inclusão dos mesmos no projeto de elaboração da grande nação brasileira.

Com relação à inserção desses indivíduos na elaboração de uma história nacional, esta se dá de maneira muito mais recente, uma vez que, apesar da revolução ocasionada pela crise dos paradigmas tradicionais da historiografia, início do século XX, foi somente com a terceira geração dos Annales, a partir da década de 80 desse mesmo século, que vão ser elaborados trabalhos que centram a análise na figura do indígena e da sua ação enquanto sujeito efetivamente participante na construção da sua própria história e das sociedades circundantes (FREITAS, 2007, p.05).

A crítica ao conceito de que os indivíduos, ditos “selvagens”, faziam parte de um suposto estágio anterior do desenvolvimento humano, deu início a um processo de revisão nos estudos que incluíam comunidades com parâmetros culturais divergentes, na construção do conhecimento sócio-histórico. Tal questionamento remetia a uma

---

<sup>3</sup> Por tradição aqui se entende o conceito dado a partir de uma perspectiva sociológica, de ação social orientada pelo hábito, ou “a função de preservar para a sociedade costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes no passado [...] uma forma de dominação legítima, uma maneira de se influenciar o comportamento de outros homens sem o uso da força (SILVA, 2009, p. 405).

percepção das variantes ao modelo de sociabilidade ocidental, inicialmente com trabalhos de cunho antropológico, como os de Evans-Pritchard que, apesar de ainda preservar determinadas noções evolucionistas em sua análise, revelou a “complexidade extraordinária dos povos ‘selvagens’ e seus elaborados processos de abstração, nem sempre abarcáveis pela razão ocidental” (FERREIRA NETO, 1997, p. 321).

Igualmente, ao analisar um dos grandes contribuidores da renovação historiográfica, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, a autora Lilia K. Moritz Schwarcs nos põe a par de que, ao tentar lançar as bases de sua Antropologia Estrutural, Lévi-Strauss demonstra que não é a ausência documental o grande problema, mas a percepção de “como o pensamento coletivo se abre à história: como e quando a vêem como ameaça ou quando percebem nela um instrumento para transformar o presente” (LÉVI-STRAUSS apud SCHWARCS, 2005, p.122).

Seria, então, o caso de se perceber que a própria concepção de povos com e sem história - da má interpretação dada à concepção levistraussiana das sociedades “quentes e frias”- tão ressaltada durante o dezenove, se daria agora pela interpretação de que assim como as estruturas sociais divergem de uma para outra cultura, também se alterariam as suas definições temporais. Para Strauss: “uma concepção de história que voltaria sempre a uma espécie de fluxo cíclico” (LÉVI-STRAUSS, 1976), ou segundo Claude Lefort:

[...] há sociedades cuja forma se manteve durante milênios e que, a despeito dos acontecimentos de que foram teatro [...] ordenam-se em função da recusa do histórico [...] não porque desconhecem mudanças, mas para evidenciar sua tendência a neutralizar os efeitos da mudança [...]” (LEFORD apud SCHWARCS, 2005, p.121).

As aproximações interdisciplinares e questionamentos surgidos a partir da segunda metade do século XX em relação ao fazer historiográfico, contribuições metodológicas tais como o enfoque em longa duração e o diálogo com outras ciências humanas, frutos das transformações operadas pelos contemporâneos das sucessivas gerações dos *Annales*, se veriam também igualmente renovados a partir de seu terceiro movimento, chamado *Nouvelle Histoire*, levariam a disciplina à uma profunda readequação das suas bases conceituais em direção a um aprofundamento culturalista de análise das ações sociais no sentido de uma busca, cada vez maior, acerca dos “significados” implícitos às mesmas ao invés de lhes propor longos sistemas de explicação “causal” (HUNT, 1995, p. 08-11)

Portanto, não só torna-se importante perceber as mudanças acionadas quanto à tais categorias de análise, como também quanto aos conceitos considerados fundamentais para o desenvolvimento de nossa prática. De todas essas nenhuma se fez sentir com maior pungência que aquela operada, nas certezas e pressupostos de cientificidade, pelas teorias linguísticas de fins do século XX. Em muito inspiradas pelas análises discursivas presentes nos trabalhos de autores como Michel Foucault e Mikail Bakhtin, o gradativo abandono das categorias absolutas de compreensão e explicação do mundo, até então vistas como fruto de uma experiência direta do real universalmente aceitas, passariam então a ser apreendidas a partir das suas constituições textuais produzidas em contextos sociopolíticos específicos.

A apreciação da linguagem, enquanto formadora de significado, passa a ser entendida de forma que as palavras e/ou os conceitos são produzidos com o intuito de mediar as relações sociais, no âmbito das determinações culturais a que estão encerradas e estas, por sua vez, a partir das correlações de força que vão sendo construídas historicamente. Sendo assim o estudo e compreensão de toda e quaisquer categorias em perspectiva histórica só se dá na medida em que se entendem os processos que levam ao estabelecimento das mesmas, ou seja, entendimento do contexto de construção lógico formal do que foi/é enunciado<sup>4</sup>

La general implicación en la crisis que tuvo el cambio de posición sobre la función de la teoría, la llamada de atención que hace la filosofía pragmatista sobre la dificultad de la representación cognoscitiva del mundo, presiden la marcha en busca de nuevas perspectivas. [...] Las grandes crisis sociales, políticas e ideológicas de finales de los años sesenta del siglo XX, los 'sesentayochos', el progresivo agotamiento de la metodología marxista, la aparición y auge del posmodernismo, el callejón sin salida del cuantitativismo a ultranza, se encuentran en el origen de ello. Em el caso concreto de la historiografía, debe añadirse además, el auge expansivo de otras ciencias sociales muy relacionadas con ella, la sociología, la antropología y el 'nuevo historicismo' literario, derivado del cambio en las posiciones de la teoría y la crítica de la literatura, como un fenómeno más incardinado em el posmodernismo. (ARÓSTEGUI, 2001, p. 149)

Essa tendência ao abandono de tal perspectiva “arqueológica” de realidade, nas definições de Foucault, em que as coisas ou o próprio real seriam sempre os mesmos

---

<sup>4</sup> Para uma melhor apreciação acerca das contribuições de análise linguística às determinações teórico-metodológicas da escrita da História, ver BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002 e FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

através dos tempos, ou o abandono mesmo de uma perspectiva de compreensão da totalidade do passado, tal como queriam os estruturalistas – uma vez que do passado só nos é possível apreender vestígios, indícios, que nos levam a verdade não como fim em si, mas enquanto inferência, “possibilidade crível” (GIZBURG, 2006, p. 11-26) – são alguns dos vários e significativos avanços metodológicos que se vem operando à disciplina histórica, mas que também tem levado à exaustivas apreciações de aplicabilidade.

Tais proposições viriam pôr em xeque assertivas tais como as de verdade e realidade histórica que passariam, então, a ser percebidas, tais como tantas outras, sob novos aspectos. Teórico fundamental para essa nova guinada historiográfica, Michael Foucault lançaria as bases para a reestruturação desse novo exame, que para além de uma “verdade” posta e palpável do escrito, vê na análise das intencionalidades dos discursos a alternativa para uma melhor apreensão dos vários contextos sociais. Tal exame passaria, então, a não mais fixar em categorias estáticas a compreensão da totalidade de um real vivido, estando assim, todas elas, encerradas na origem das práticas que as concebem, inventam, e que são fundadas e refundadas nas diferentes épocas. (FOUCAULT, 1999, p. 12-15)

Seu exame acerca da construção do conceito de conhecimento com base no estudo dos filósofos modernos, nos alerta para a concepção de que o mesmo só pode ser entendido a partir dos embates e das relações de força estabelecidos entre aquele que pretende conhecer e aquilo que deve ser conhecido em cada contexto social:

[...] de fato, as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade. Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. Só se desembaraçando destes grandes temas do sujeito de conhecimento, ao mesmo tempo originário e absoluto, utilizando eventualmente o modelo nietzschiano, poderemos fazer uma história da verdade. (Op. Cit., p. 25)

Outra análise fundamental para as novas possibilidades de interpretação propostas por Foucault foi aquela acerca da categoria poder, antes vista enquanto restrita ao âmbito do exercício vertical do modelo institucional/legal, passaria então a ser entendido a partir da definição de diluição, de micropoderes relacionais que se por um lado não elimina as desigualdades impositivas e de dominação dos macropoderes

formais, não o limita a uma única via interpretativa repressivo-proibitiva, mas na construção de teias conceituais que lhes asseguram um efetivo aprofundamento nos âmbitos mais recônditos de uma subjetividade forjada e naturalizada a partir de um discurso normativo (FOUCAULT, 1979, p. 04-08).

Para além de apenas tentar estabelecer uma genealogia das disputas pelo domínio de fala dos corpos a partir da sexualidade, ou da simples explicação da historicidade de uma classificação social dos indivíduos partindo de uma hierarquização denominativa e moral do sexo (FOUCAULT, 1988, p. 14-17), seus vários estudos sobre as múltiplas facetas de atuação do poder nas esferas sociais permitiu um alargamento de possibilidades no que concerne a percepção de brechas e espaços de atuação de contrapoderes, de resistências coletivas ou individuais muita das vezes silenciosas, forjadas no âmbito das ações cotidianas, simbólicas, quase imperceptíveis para as grandes esferas de atuação:

É fundamental investigar as resistências contra os dispositivos de poder, pois somente através do estudo das resistências é possível fazer a história do funcionamento do maquinário do poder.[...] pois é somente por meio daquilo que está à margem, que está interdito e que se coloca contra a ação do poder que é possível entender, de forma adequada, as estruturas sociais ou as regularidades de um campo social qualquer. (FOUCAULT apud ALVIM, 2010, p. 196).

Com base nessa nova acepção seria de fácil simplificação entender não haver mais relação direta entre as coisas e suas denominações - os conceitos seriam dados sobre as coisas, a partir delas - criando assim uma quebra no entendimento de que a verdade “emanaria” das coisas, já estaria dada de antemão. A “verdade” passa a ser vista então como uma convenção imposta ao objeto, fruto das disputas de poder que determinam as suas conceituações, classificações.

Assim, categorias como homem, mulher, negro, índio, classe, etc, até então entendidas enquanto absolutas e fiéis à uma suposta “natureza” primordial, passível de conhecimento através dos sentidos e de nossa capacidade inerente de conhecimento, passam a ser postas à prova dada a própria ambivalência do sentido do conhecimento, ele mesmo produto dos embates e das correlações de força estabelecidas entre aquele que pretende conhecer e aquilo a que deva ser conhecido em cada contexto social:

Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. Só se desembaraçando destes grandes temas do

sujeito de conhecimento, ao mesmo tempo originário e absoluto, utilizando eventualmente o modelo nietzschiano, poderemos fazer uma história da verdade. (VEYNE, 1983, p. 16-17)

Ora, se opto por estudar a categoria “índio”, por exemplo, devo antes buscar entender de quais formas e por que meios tal categoria foi forjada social e historicamente para designar um determinado grupo de indivíduos a partir das relações que são estabelecidas em um contexto determinado, específico, a saber, o da colonização. Tem-se então, no engendramento do conceito de representação, também este impulsionado pelo chamado “giro linguístico” das décadas de 1960-70, uma maior aproximação às abordagens explicativas dos processos analisados, uma vez que parte-se em busca das dimensões simbólicas, culturalmente construídas pelos indivíduos do sentido para se tentar alcançar a interpretação dos significados dinâmicos que são empregados à reprodução cotidiana de existência por complexos culturais totalmente divergentes. Em outras palavras, tentar empreender uma tentativa de compreensão da lógica cultural elaborada do ponto de vista do outro (GEERTZ, 2000, p. 46-51)

Nesse sentido, é também segundo as propostas de uma análise hermenêutica de uma interpretação profunda das experiências de vida e do cotidiano dos sujeitos e eventos históricos trabalhados, longe das dicotomizações e do rol das definições estanques e estereotipadas que se pode vislumbrar outra via de aproximação para o entendimento desses mesmos processos, tendo em vista, inclusive, as aspirações e interpenetrações do contexto mesmo no qual o historiador se encontra inserido, ou, como nas palavras da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, “buscar margens de interpretações provisórias, porém críticas, das experiências vividas pelos indivíduos em sociedade” (DIAS, 1994, p. 05):

Ao documentar a inserção dos sujeitos históricos no conjunto das relações de poder, essa vertente de pesquisa contribui para historicizar estereótipos e desmistificá-los, pois, através do esmiuçar das mediações sociais, pode trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens ou mulheres, no contexto mais amplo da sociedade em que viveram. É o que permite, dentro da margem de conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em contraposição à reiteração de papéis normativos. (Op. Cit., 1998, p. 232)

Atenta-se, dessa forma, para importantes e significativas questões como as múltiplas temporalidades coexistentes nos contextos abordados, as resistências aos processos de disciplinarização e às diferentes maneiras como essas forças imperativas se impõem aos diversos sujeitos, a ideia de que o conhecimento é historicamente

construído e parte do confronto entre os conceitos elaborados no presente pelo pesquisador e os conceitos existentes nas fontes, fragmentos de um real vivido. Na construção da narrativa historiográfica perdeu-se uma crença em um homem universal, a partir do qual as ciências humanas poderiam apreender os mecanismos de interação social e desenvolvimento.

Não há mais sujeito inato de conhecimento, a quem o mundo real e sensível faz despertar, haveria assim, apenas um real que é cultural e simbolicamente construído. Todavia, também essa proposta de categorização faz suscitar debates acerca de seu excesso de relativismo, dado ser, a própria lógica de apreensão do outro, de sua diferenciação, questão essa ainda bastante delicada

Estaria, então, o conjunto da totalidade de tais concepções atestando a impossibilidade do caráter científico reivindicado pela História? Muito pelo contrário. Na contramão daquilo que por muito tempo se pensou, a resposta talvez se encontre na compreensão do caráter ambíguo da pretensão de verdade em História, já que, a verdade seria uma constante que a cada momento se faz crer, dada a cada momento e em cada lugar e o passado pode passar a ser entendido enquanto “alteridade”, um outro que se opõe a nós e, enquanto tal não um produtor de linearidades, mas de diferenças adequadas aos diversos tempos e sujeitos.

No entanto, logo uma outra importante questão se impõe: a que se ocupariam então os vários campos da História? Segundo Paul Veyne – com inspiração em Foucault – à apreciação da lógica do sentido que é dado às verdades em cada período, às práticas que determinam os sujeitos e os objetos em cada contexto. Buscar antes no fazer – o que é/foi feito - das práticas a sua determinação, sua orquestração:

As coisas, os objetos não são senão os correlatos das práticas. A ilusão do objeto natural (os governados através da história) dissimula o caráter heterogêneo das práticas (amimar crianças não é administrar fluxos); daí todas as confusões dualistas, daí, também, a ilusão de “escolha racional”. (VEYNE, 1998, p. 256)

Sendo assim, as novas tendências de análise em História Social - pensando-a em um sentido mais amplo, ou seja, uma investigação da variabilidade de relações estabelecidas entre os homens em sociedade - apontam para os igualmente complexos modelos e conceitos de apreciação. Tais contribuições em muito se devem aos modelos tomados de empréstimo às ciências auxiliares como a sociologia, a antropologia e mesmo de uma filosofia da linguagem. Essa apreciação mais acurada das práticas, toma

o exame do social a partir do que o antropólogo Clifford Geertz entende enquanto uma “descrição densa”, ou seja, através das dimensões culturais particulares construídas pelos indivíduos, no sentido de buscar uma interpretação dos códigos e determinantes simbólicas e materiais de sociedades historicamente localizadas, os sentidos e significados dinâmicos que são empregados à reprodução cotidiana de existência por esses mesmos grupos, uma compreensão da lógica cultural do ponto de vista do outro (GEERTZ, 2008, p. 33-36). Tão logo, evidencia-se que apenas nos é permitido entender os mecanismos de ação e retração históricos das sociedades, se estes forem estudados dentro das suas respectivas esferas e estruturas sócio-simbólicas:

Da perspectiva de Geertz, toda ação humana (e não apenas o hábito ou o costume) é culturalmente informada para que possa fazer sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais. Deste ponto de vista, não apenas as representações, mas também as ações sociais são “textos”, passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social. (CASTRO, 1997, p. 86)

E, com base nessas novas abordagens, afloram estudos acerca dos grupos nativos da América com foco na análise das experiências desses sujeitos referentes às interrelações que se foram construindo ao longo do tempo com as outras esferas sociais em contato, desnaturalizando conceitos e “verdades” impostas como imanentes e tentando perceber, a partir da fragmentação das fontes, as disputas e interesses postos em jogo na construção e perpetuação de memórias e identidades.

Essa passagem, então, dos grandes processos e das estruturas em longa duração para os exames em menor escala, proporcionou, acima de tudo, a possibilidade de se reintroduzir no campo historiográfico, a ação de seus agentes e entendê-los enquanto produtos dinâmicos das relações que são construídas a partir do contato com o estrangeiro:

A realidade histórica é cada vez menos examinada como um objeto dotado de propriedades que preexistam à análise, mas como um ‘conjunto de interrelações que se movem no interior de configurações em constante adaptação’[...] a passagem das massas às margens, das análises estáticas aos estudos de caso, dos objetos às práticas e às lógicas sociais (como demonstra Dominique Julia a propósito da multidão) provocou, entre outras coisas, a reintrodução dos agentes nos grandes processos históricos e a diversificação dos instrumentos analíticos. (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 31)

Nesse contexto, o próprio o conceito “indígena” pode ser percebido, para além das leituras tradicionais que o apontam como fruto de uma imposição denominativa, não só como integrante de um dado processo de assimilação por parte dos diversos grupos, como os tantos outros conceitos de auto-identificação e autodeterminação passaram – e ainda passam - por constantes processos de redefinição e readequação na medida em que os contextos se mostram mais ou menos propícios, como é possível perceber no trecho apontado por John Manuel Monteiro ao analisar a obra do sertanista português Gabriel Soares de Sousa acerca dos Tupinambá do XVI:

Ao buscar, deste modo, melhor entender a natureza e condição dos Tupinambá, Gabriel Soares implicitamente captou a necessidade de se reconhecer que as sociedades indígenas encontravam-se imbricadas numa trama histórica, na qual a determinação de identidades específicas se mostrava tão flexível quanto variável. Os Potiguar, Tupiniquim, Tememinó e Tupinaé todos eram Tupinambá num certo sentido, porém no contexto colonial, nitidamente não o eram. Neste sentido, para se entender este “Brasil indígena”, é preciso antes rever a tendência seguida por sucessivas gerações de historiadores e de antropólogos que buscaram isolar, essencializar e congelar populações indígenas em etnias fixas, como se o quadro de diferenças étnicas que se conhece hoje existisse antes do descobrimento – ou da invenção – dos índios. (MONTEIRO, 2003, p. 121-122)

Tal ampliação conceitual torna-se importante não só como forma de desmistificar interpretações vigentes e simplistas pautadas na antítese dominação/dominado, mostrando, de fato, o caráter relacional da ideia de poder, como nos faz atentar para as diversas artimanhas de embate e negociação em vigor nos diferentes momentos estudados, ou, como chama De Certau, as táticas que permitem aos sujeitos se movimentarem “dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado”, um “fazer com” que se reapropria, que redefine e subverte as determinantes que lhes são impostas em proveito próprio, sem que se precisem orquestrar elaboradas estratégias de combate, muita das vezes mortais e dizimadoras. Em outras palavras, “a tática é a arte do fraco” (CERTEAU, 1998, P. 94-95).

Dessa maneira, contrapondo-se às antigas interpretações que enxergavam o elemento nativo como mero entrave ao avanço do progresso ou como vítima ingênua da imposição verticalizada do poder institucionalizado, vão se colocando novas leituras que buscam enxergar, mesmo que através da fala presente nas documentações oficiais, sinais, vestígios de uma atuação efetiva dos diferentes grupos no que se refere à

construção dos espaços regionais e locais bem como das deferentes estratégias de sobrevivência física, étnica e cultural dos mesmos.

No Brasil é somente a partir dos anos 70/80 que se iniciam estudos e análises voltadas para uma perspectiva de tomar o indivíduo nativo enquanto sujeito de sua própria história apontando, assim para concepções menos paternalistas ou heróicas do indígena. Foram, para isso, pioneiros trabalhos como os da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e do historiador John Manuel Monteiro (MONTEIRO, 1994 e 2001; CUNHA, 1992) que lançam luzes sobre as tradicionais abordagens acerca da participação do indígena na construção dos espaços sociais tanto durante o período colonial como do período imperial, acerca do bandeirantismo paulista e do conseqüente uso da mão de obra escrava indígena.

Igualmente relevantes são os trabalhos das historiadoras Maria Cristina Pompa e Maria Regina Celestino de Almeida (POMPA, 2003 e ALMEIDA, 2003) que vão buscar perceber que na ação dos elementos nativos coloniais não havia, exclusivamente, uma resposta negativa ao referido processo, mas uma tentativa de inserirem-se no referido processo e tomarem parte na sociedade que se construía. Finalmente, o historiador Mauro Cezar Coelho buscou em inúmeros artigos, bem como em sua tese, apresentar uma análise bem fundamentada acerca da autonomia e participação da figura do indígena durante o processo de instauração e efetivação do Diretório dos Índios representados, muitas das vezes, na figura dos Capitães de Índios (COELHO, 2005).

Muitos outros trabalhos realizados atualmente por inúmeros historiadores, quer acerca das esferas sociais, quer enfocando uma abordagem mais étnica e cultural, vem se preocupando em concentrar seus esforços nesse personagem que durante tantos anos foi mantido à margem dos processos de construção do conhecimento historiográfico (VAINFAS, 1995; RAMINELLI, 1996; LIMA, 1995), assim como os estudos de Nádia Farage acerca dos povos indígenas e a colonização amazônica (FARAGE, 1979) e os de Ângela Domingues e Marcus Carvalho (DOMINGUES, 2000; CARVALHO, 1998) mais diretamente ligados ao envolvimento das culturas e sociedades ameríndias, em acontecimentos como a expansão Luso-brasileira no norte da colônia no XVIII e a Independência em Pernambuco, respectivamente, são apenas alguns desses exemplos de um número significativo de trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações e teses que vem

se construindo, somente nos últimos 20 anos, em favor de se preencher esse vazio na produção do saber histórico nacional.

A relevância social das releituras historiográficas que vem se estabelecendo no sentido de uma atuação do sujeito nativo na construção e reconstrução de seu papel na história no sentido da busca na defesa de uma posição de protagonismo social que reivindicam, pode ser atestada pelos recentes episódios pelos quais tem passado tanto as etnias Guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul quanto as diversas etnias indígenas que disputam a permanência da Aldeia Maracanã e a não demolição do histórico prédio do Museu do Índio, antiga sede da FUNAI, situado no Bairro Maracanã no Rio de Janeiro nos últimos meses, tem sido sintomáticos da relação vilipendiosa pela qual os grupos indígenas, encerrados no espaço territorial brasileiro, pela qual historicamente ainda continuam sendo tratados os grupos nativos, ao longo dos anos, pelo estado e sociedade brasileiras<sup>5</sup>.

O conteúdo da carta escrita pelos indivíduos do grupo em questão nos demonstra não só o desespero de uma comunidade que agoniza ante os interesses de particulares - coadunados a um suposto projeto de desenvolvimento econômico brasileiro, os quais consideram entraves aquelas comunidades que insistem em vivenciar e reproduzir práticas sociais ancestrais – bem como a forma dúbia e pouco efetiva pela qual a Justiça brasileira, ainda hoje, século XXI, lida com comunidades tradicionais, sejam elas indígenas ou comunidades de remanescentes quilombolas.

Dessa forma é que, até que novos redirecionamentos de método venham nos apontar outros caminhos para a exploração do vasto e intrincado campo das experiências humanas dos indivíduos integrantes das inúmeras etnias e grupos indígenas na historiografia brasileira, alcançáveis a partir de agora através da riqueza trazida para o trabalho de aproximação, análise e compreensão dos lugares de atuação desses indivíduos pelos debates epistemológicos que se tem travado nas últimas décadas, não apenas os aqui brevemente apontados, nos ajudam, cada vez mais, a

---

<sup>5</sup> Os episódios dos quais estamos tratando nesse trabalho, dizem respeito à ordem de despejo emitida pela Justiça Federal do Mato Grosso do Sul em setembro do ano de 2012 que expulsava os indivíduos da etnia Guarani-Kaiowá da terra Pyelito-Pukobiê que era sua terra ancestral e a carta divulgada pelo grupo composta de 170 indígenas (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças) declarando o desejo e decisão final do grupo de serem mortos e enterrados em uma grande vala coletiva na mesma área em litígio, mais informações ver reportagem da revista Época: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/decretem-nossa-extincao-e-nos-enterrem-aqui.html>, Acessado em: 26 de outubro de 2012. Quanto ao histórico da polêmica acerca das disputas pela área da aldeia Maracanã no Rio de Janeiro, ver mais notícias em: <http://amarcbrasil.org/tag/aldeia-maracana/> Acessado em: 21 de março de 2013.

perceber que não só não é possível se reconstituir uma realidade passada em sua totalidade - a não ser através dos vestígios e indícios que nos são passíveis de interpretação - como de desacralizar os conceitos que nos são colocados enquanto verdades. Compreender que o controle do passado não só não é efetivado em sua completude, como só se efetiva pelo aval da crença coletiva nesse mesmo controle.

Portanto, trabalhar em história com a determinação de indivíduos ou grupos humanos aparentemente distintos de nossas redes de significação, ou mesmo as categorias ditas diferentes dentro das mesmas, seria, antes de mais nada uma percepção de que tais organizações culturais, linguagens, referenciais simbólicos, etc, partem de uma necessidade comum também ao nosso modelo Ocidental de civilização de adequação, transformação e adaptação à experiência do mundo sensível. Sem esse referencial de que “a unidade não é percebida sem a diferença e a diferença não é compreendida sem a noção de unidade” (HUNT, 1995, p. 08-11) ainda estaremos longe de responder à árdua e incessante tarefa de compreensão das múltiplas e diversificadas experiências humanas do passado.

## Referencias Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- AMOROSO, M. R. (Org.); FARAGE, N. (Org.). *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII: documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994. v. 1.
- ARÓSTEGUI, Julio. *La Investigación Histórica: teoría y método*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores. In: \_\_\_\_\_ . *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822 – 1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *A política indigenista no Maranhão Provincial*. 1ª. ed. São Luís-Ma: SIOGE, 1990.
- COELHO, Mauro Cezar. *O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: uma inflexão*. Campos - Revista de Antropologia Social, v. 7, n. 1 (2006).
- \_\_\_\_\_. *Índios e historiografia os limites do problema: o caso do Diretório dos Índios*. Ciências Humanas em Revista, São Luís, v.3, n.1, julho/2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: CIA das Letras, 1992.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil da segunda metade do século XVIII, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra / ANPOCS, 1991. v. 1. 1997

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A "Civilização" dos Índios e a Formação do Território do Brasil. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Humanitas, São Paulo, n.º. 4, p. 97-157, 2001.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. *A Construção do Imaginário Nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia*. *Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*. UFRO, ano VII, n.º10, jan/dez-2007. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo103.html> Acessado em: 22/09/2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. 15ªed. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Micro-física do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 33-36.

GILENO, Carlos Henrique. A Legislação Indígena: ambigüidades na formação do Estado-Nação no Brasil. *Caderno Centro de Recursos Humanos*. Salvador: UFBA, v.20, n.49, p.123-133, Jan/Abr 2007.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição Italiana. In: *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História*. O povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis: Vozes, 2002.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1976.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Grande cerco de Paz: indianidade e formação do estado no Brasil*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1995.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão* (3ªed). Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2000, p. 01-11.

\_\_\_\_\_. *Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo Varnhagen*. In: *Revista de História*. São Paulo: USP, 2003, n. 149, vol. 2, p. 121-122.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: representação do índio de Caminha a Vieira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/EDUSP/FAPESP, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. *Projetos Indigenistas no Brasil Independente*. In: *Revista Etnográfica*, Vol.IV(2), 2000, pp. 267-283.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1983.

SCHWARCS, Lilia K. Moritz. *Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história*. In: *Novos estudos*. CEBRAP, Jul 2005, nº. 72, p.119-135.

\_\_\_\_\_. *História e Etnologia: Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira*. *Revista Antropológica*, 1999, vol.42, nº. 1-2, p.199-222.

SILVA, Edson. Povos Indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: *MNEME - Revista de Humanidades*, v.7, nº. 18, out./nov. de 2005.

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 16-17.

\_\_\_\_\_. *Como se Escreve a História; Foucault Revoluciona a História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.